

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 173.^a Sessão (Extraordinária) Realizada em 20 de setembro de 1973 - (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e David Federmann.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: — João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — João Fadel — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Quiesle Crisóstomo — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Fuad Nacli — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 211-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 7-73, de autoria do Dep. Cândido M. M. de Oliveira, que concede pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a Edvirges Vitoslawski, Ex-Professora Primária do Município de Almirante Tamandaré. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 25, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 213-73
Levanta-se a Sessão.

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 174.^a Sessão Ordinária Realizada em 20 de setembro de 1973 - (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Ivo Thomazoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — João Fadel — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesle Crisóstomo — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Fuad Nacli — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

— Sob o n.º 78-73, do Senhor Governador do Estado, encaminhando proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1974/1976. — A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

— Sob os n.ºs. 254, 255 e 256-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

110-73: Do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Morretes, 3 (três) tratores e 3 (três) grades hidráulicas de 3 pontos, na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.434. — Agradeça-se.

109-73: Do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Guaraniáçu, 6 (seis) tratores na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.453. — Agradeça-se.

42-73: Do Senhor Deputado Quiesle Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública o "Centro Social Santa Terezinha", com sede na cidade de Ampere, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.452. — Agradeça-se.

— Sob os n.ºs. 252, 253 e 257-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs.:

154-71: Do Senhor Deputado Armando Queiroz de Moraes, que visa transferir ao Sistema Estadual de Ensino, o atual Colégio Comercial Municipal de Artur Thomaz, da sede do Município de Terra Boa, o qual passa a denominar-se Escola Técnica de Comércio Artur Thomaz. — A C.C.J.

207-70: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que visa transformar em Colégio Estadual Professor João Mazzarotto, o atual Ginásio Estadual Professor João Mazzarotto de Santa Felicidade, nesta Capital. — A C.C.J.

226-71: Do Senhor ex-Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que visa criar, como Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, Lei Estadual n.º 4.978, Sistema Estadual de Ensino, de 5 de dezembro de 1964, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão. — A C.C.J.

Sob o n.º 48-73, do Senhor Ivo Simas Moreira, comunicando que, por Decreto do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, foi nomeado para exercer o cargo de Secretário de Estado dos Negócios de Planejamento e Coordenação Geral. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 45, da Senhora Aidé Sicupira Arzuza, comunicando haver assumido o cargo de Delegada Regional, do Instituto do Açúcar e do Alcool. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 74-73, do Senhor Nívio L. Zimmer, comunicando que, em virtude do pedido de licença do Prefeito da cidade de Querência do Norte, assumiu em data de 4 do mês em curso, o exercício daquele cargo. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 477-73, do Senhor Eng. Ralf L. de Christo, Diretor Geral do Departamento de Edificações e Obras Especiais, acusando o recebimento do telegrama expedido por esta Casa, parabenizando-se com sua pessoa, quando assumiu a Direção daquele Departamento. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer seja inserida em Ata um voto de louvor à Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, fundadoras do Colégio Imaculado Coração de Maria, da cidade de Toledo, no ano de seu Jubileu de Prata. Esse modelar estabelecimento de ensino, nascido do espírito corajoso e pioneiro daquelas dedicadas irmãs, grangeia, hoje, o respeito, a simpatia e a gratidão da população oestina, pela grandiosidade da obra, não só educacional, mas religiosa e assistencial ali desenvolvidas. Requer, outrossim, aprovado o presente Requerimento, seja a decisão desta Augusta Casa comunicada à Direção daquele educandário, para o que declina o endereço: TOLEDO — PR.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — Ivo Rocha

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — a passagem, amanhã, do Dia do Radialista;

2 — a inestimável contribuição prestada pelos profissionais de rádio-difusão ao desenvolvimento e progresso de nosso Estado, divulgando os principais acontecimentos e acima de tudo prestando serviços relevantes de utilidade pública, requero, regimentalmente, à Mesa, a consagração na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo pela passagem da data em que se presta homenagem aos radialistas.

Outrossim, aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa ao Presidente do Sindicato dos Radialistas do Estado do Paraná e as emissoras de radiodifusão de nosso Estado, cumprimentando diretores e funcionários.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer:

Seja constituída uma Comissão de Deputados para, juntamente com demais Entidades representativas do Paraná, manter em Brasília uma entrevista com Sua Excelência Doutor Mozart Victor Russomano, DD, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região, com sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

Maringá se transforma nesta semana na Capital paranaense do esporte. Engalanou-se para receber como se filhos fossem, os jovens de todas as partes do Estado, numa demonstração de grande hospitalidade. Ensinou de forma eficiente a prática do esporte indispensável à vida, como fonte geradora de cultura, comunicação, integração, etc.

Diante do êxito marcante, alcançado por essa magna competição, garantido sobretudo pelo insano trabalho de organização, liderado pelo Secretário de Cultura Prof. Renato Bernardi, é justo que se preste nesta Casa significativa homenagem à Cidade Canção.

Em razão disso o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, seja lavrado em Ata voto de louvor endereçado ao Prefeito de Maringá, Silvio Barros e ao Secretário de Cultura, Prof. Renato Bernardi.

Outrossim, requer ainda dê-se ciência do presente aos homenageados e à Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., com a devida aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Conselho Federal de Educação solicitando que o processo de reconhecimento da Universidade Estadual de Ponta Grossa, seja apreciado na próxima reunião daquele órgão.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — David Federmann

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, congregando diversos cursos de nível superior, vem tendo suas atividades de certo modo tolhidas, porque ain-

da não teve o seu processo de reconhecimento aprovado pelo Conselho Federal de Educação, apesar de preencher todas as exigências da legislação de ensino. Como o Conselho tem suas reuniões Plenárias programadas para a primeira quinzena de outubro próximo, justo será que aprecie o pedido da Universidade de Ponta Grossa, o qual uma vez aprovado lhe proporcionará

maiores possibilidades de expansão e aprimoramento de seus cursos.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer seja inserido em Ata um voto de louvor à Comissão Organizadora da 1.ª FICAR (1.ª Feira Industrial, Comercial e Agrícola Regional) realizada em Nova Santa Rosa, Município de Toledo, nos dias 8 e 9 do mês em curso.

A pujança daquele distrito, caracterizada sobejamente naquela mostra, evidencia que o esperado referendado de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, à Lei Estadual n.º 09/73, de 20-6-73, que emancipa o Município de Nova Santa Rosa, constituir-se-á em valioso e reconhecido prêmio à maioridade da gente Santa-Rosense em todos os setores da atividade humana. Requer, outrossim, aprovado o presente Requerimento, seja a decisão desta Augusta Casa comunicada à Comissão Central, presidida pelo Senhor Hilberto Pelter, e ao Exmo. Sr. Dr. Wilson Carlos Kuhn, digníssimo Prefeito Municipal de Toledo, para o que declina os endereços, respectivamente: Nova Santa Rosa, (distrito de Toledo) — Toledo, e Toledo — Pr.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — Ivo Rocha

Requerimento

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja autorizada a sua participação, como Representante da Assembléia Legislativa, sem quaisquer ônus para a mesma, no VI Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, de 20 a 26 de setembro fluente, em Porto Alegre - RS., quando 1.000 delegados de 232 Municípios daquele Estado estarão presentes, para debater e estudar problemas relacionados a classe trabalhista rural, estando prevista, ainda, a ida de 5 Ministros e de Sua Excelência o Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médice, que receberá justa homenagem pelas inúmeras iniciativas que tomou e que vieram favorecer enormemente o meio rural.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973.

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Coronel RUTILDO PULIDO, Digníssimo Presidente da Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico — LICOPAR —, convidando-o a proferir palestra nesta Assembléia Legislativa referente aos trabalhos desenvolvidos em favor da juventude paranaense, pela entidade que preside;

2.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. General Ayrton Pereira Tourinho, Digníssimo Comandante da 5.ª Região Militar, solicitando-lhe conceda autorização ao Ilmo. Sr. Coronel Rutildo Pulido, para proferir a palestra retro referida.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 20 de setembro de 1973.

(a) — João Fadel

Requerimento

Senhor Presidente:

Os esforços congregados em torno de um objetivo comum, produzem realizações que, se traduzidas para o campo da palavra, dificilmente encontrariam adjetivos capazes de transmitir as suas reais proporções.

Isto se verifica em nossa II FEIRA NACIONAL DA MADEIRA, que ora se efetiva, mostrando ao Estado, ao País e no âmbito internacional, o que se realiza na área representada pela indústria de madeira e dos seus derivados.

Na II FENAM é possível sentir as altas potencialidades do empresário madeireiro e a sua marcante participação no nosso desenvolvimento sócio-econômico.

Seja através da aplicação de seus recursos para implante de novas reservas florestais, florestando e reflorestando vastas áreas em todo o nosso território, imprimindo ao Brasil características que garantem, hoje e no futuro, não só divisas, sustentadas pela abundância de matéria prima, mas também, o equilíbrio ecológico necessário e a continuidade e expansão deste e de outros setores.

Seja oferecendo um elevado índice de aproveitamento da nossa mão-de-obra, garantindo empregos e categorizando o homem brasileiro, estimulando-o ao aprimoramento técnico.

Ou ainda, na modernização dos seus parques industriais, através de pesquisas e instalações de projetos que visam um melhor aproveitamento de nossas essências. Desde o plantio ao processamento da madeira bruta e beneficiada até a fabricação do papel, da celulose e extração das resinas vegetais.

Em todos estes, e mais inumeráveis aspectos, vem o madeireiro do Paraná e do Brasil silenciosa, mas incansável e ininterruptamente, dando a sua contribuição ao nosso progresso.

Abre-se ao público a II FENAM — Feira Nacional da Madeira e, nesta continuidade ela transmite as verdadeiras dimensões das conquistas que se fizeram, que se faz e que serão feitas no campo madeireiro do nosso Brasil.

Os esforços conjugados dessa laboriosa classe madeireira, através da participação das organizações que ora aqui expõem os frutos do seu trabalho, e das suas lideranças representativas, a FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS e os SINDICATOS MADEIREIROS DO ESTADO DO PARANÁ, nas pessoas dos seus lúdimos presidentes Srs. Mário de Mari, Altair Zaniollo e Antonio Thomasi, é que traduz a imagem exata de grandiosa realização que é o Trabalho do Madeireiro.

Isto posto, e considerando o sucesso indiscutível que vem sendo alcançado pela II FENAM. Requer, regimentalmente, aprovado o presente:

a — oficie-se os Presidentes da Federação das Indústrias Sr. Mário de Mari; do Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias e Tanoarias e da Marcenaria, no Estado do Paraná Sr. Antonio R. Thomasi; Sindicato da Indústria de Madeiras Laminadas e Compensadas, no Estado do Paraná e Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Paraná, cumprimentando-os e a seus associados pela efetiva colaboração emprestada a importante promoção;

b — transcreva-se na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje dos artigos de autoria do Advogado especializado em comércio internacional e em assuntos madeireiros, Dr. Fernando Antonio Miranda sob os títulos "Comentários sobre o reflorestamento" e "A madeira e o comércio exterior" que vão em anexo e em que são abordados relevantes e elevados interesses da economia do Paraná;

c — consigne-se na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje de Voto de Regozijo ao Sr. Carlos Eduardo Jung, Diretor Presidente da Diretriz Empreendimento S/A. a quem coube a brilhante iniciativa de promover a Feira Nacional da Madeira, em Curitiba, dando-lhe ciência do inteiro teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — Maurício Fruct

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 208-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

SÚMULA: Concede pensão mensal à viúva VANIL CARDOSO CAPARROZ.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à viúva VANIL CARDOSO CAPARROZ, uma pensão mensal de valor correspondente a 1 (um) salário mínimo da região.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(aa) — Jorge Sato
Paulo Poli

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, pelo presente Plano de Lei, conceder à viúva VANIL CARDOSO CAPARROZ, uma pensão mensal de valor correspondente a um (1) salário mínimo da Região.

A beneficianda é viúva do ex-motorista de táxi DOMINGOS CAPARROZ, brutalmente assassinado em Maringá, com 38 facadas, por dois assaltantes, tendo deixado dois filhos menores completamente desamparados.

Sendo justa e sobretudo humana a medida pretendida, submetemos aos nobres Pares o presente Projeto de Lei, que certamente haverá de merecer o apoio e posterior aprovação desta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 209-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Ficam isentos da contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, os servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, ficando-lhes assegurados os benefícios previdenciários e assistenciais de que trata a legislação específica do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA: O objetivo deste plano de Lei não é outro senão o de colocar os inativos do Estado do Paraná em igualdade de condições com os servidores civis da União. Estes, quando se aposentam, deixam de contribuir para o IPASE, ficando entretanto, com todos os direitos previdenciários e assistenciais inerentes aos servidores em atividade.

Acreditamos que o funcionário, após contribuir duramente 35 anos para o respectivo Instituto, deve ficar isento da taxa previdenciária estabelecida em Lei para todos.

PROJETO DE LEI N.º 210-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "OBRA SOCIAL D. CAMILO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a entidade denominada "OBRA SOCIAL D. CAMILO", com sede e foro nesta Capital, tendo por finalidade a promoção humana integral das pessoas pobres e abandonadas.

Preenchendo todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, apresentamos o presente Projeto de Lei à apreciação dos ilustres Pares, esperando que se lhe dê apoio e final aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 211-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Departamento Médico-Odonto-Social da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a finalidade de superintender, orientar e supervisionar o Serviço Médico, Serviço de Assistência Social e Serviço Odontológico do Poder Legislativo.

Art. 2.º — Para cumprimento do disposto no artigo anterior fica criado na parte permanente do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná 1 (um) cargo em comissão de Diretor Médico, Símbolo 1-C, que será exercido por Médico do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — João Mansur

JUSTIFICATIVA: — O presente plano de lei visa criar o Departamento Médico, Odontológico e de Assistência Social deste Poder Legislativo, objetivando um melhor e mais completo atendimento aos Senhores Deputados e funcionários da Casa e respectivos familiares e dependentes, assim como dar assistência médico-social aos menos favorecidos que procuram recursos para tratamento através de seus legítimos representantes nesta Casa, os Senhores Deputados.

O referido Departamento deverá contar com pessoal especializado em to-

dos os seus setores, obedecendo a uma criteriosa e racional distribuição de seus serviços, divisão metódica de trabalho e maior e melhor presteza no atendimento médico-odontológico.

No setor Médico, o Departamento implantará um perfeito e preciso serviço de cadastramento de pacientes, confecção de mapas e gráficos de atendimento, expedição de licenças. Poderá também colaborar no estudo e preparo de pareceres, quando solicitados, sobre problemas e questões médicas que dependam da apreciação da Assembléia ou interessarem a qualquer dos órgãos da Secretaria.

O Serviço Odontológico visa prestar assistência especializada aos Senhores Deputados, funcionários deste Poder, familiares e dependentes.

No setor de Assistência Social, encarregado de executar tarefas específicas em favor de pessoas necessitadas, deverá ser mantido um serviço de cadastramento de pacientes que forem encaminhados pela Comissão Executiva, Deputados Estaduais, Diretor Geral ou pelo Diretor Médico do Departamento.

O setor de Assistência Social poderá ainda manter convênios com instituições assistenciais, hospitalares, albergues, laboratórios, para um completo e perfeito atendimento.

Este é um breve relato do que se pretende fazer no setor médico-odontológico desta Augusta Casa de Leis, para o que necessitamos do total apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N.º 212-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — A Lei poderá transferir área de território, de um para outro Município, desde que se comprove benefício para a respectiva área e o Município remanescente não perca os requisitos mínimos exigidos pela Lei Federal, e será sempre precedida de plebiscito.

§ 1.º — O processo de transferência de área referido neste artigo, terá início com representação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por cem (100) eleitores residentes e domiciliados na respectiva área, com as firmas reconhecidas, e atestado de residência ou de domicílio expedido pela Delegacia de Polícia local, e será acompanhada de mapa descritivo das divisas, seguindo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou seguindo acidentes naturais.

§ 2.º — A forma de realização do plebiscito, para os fins deste artigo, será a mesma que a estabelecida para a criação de Município.

§ 3.º — A prova de que o Município remanescente não perde os requisitos mínimos, será feita pelos interessados ou requisitados pela Assembléia, mediante os documentos exigidos pela Lei Federal para a criação de Municípios.

§ 4.º — A prova do benefício para a área, objeto da transferência, será feita pelos interessados, na representação, a que se refere o § 1.º deste artigo.

Art. 2.º — A Assembléia Legislativa ouvirá as Câmaras Municipais e os Prefeitos dos Municípios afetados pela transferência de área territorial no prazo máximo de 30 dias findo o qual o silêncio importará em consentimento.

Parágrafo único: A deliberação das Câmaras na hipótese deste artigo depende do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 3.º — Instruído o processo a Assembléia deliberará sobre a realização do plebiscito.

Art. 4.º — Se o resultado do plebiscito for favorável à transferência, pelo voto da maioria absoluta dos eleitores, a Assembléia Legislativa disporá sobre as novas divisas dos Municípios afetados pela mesma, nos termos da representação.

Art. 5.º — Da proclamação do resultado do plebiscito, pela autoridade judiciária, cabe recurso dentro de cinco dias para a Assembléia Legislativa, sob o fundamento de fraude ou coação, interposto por quinze eleitores, no mínimo.

§ 1.º — A Assembléia decidirá sobre o recurso, no prazo máximo de 15 dias úteis.

§ 2.º — Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, ter-se-á o recurso como recusado, não correndo o prazo nos períodos de recesso da Assembléia.

§ 3.º — Provido o recurso, será autorizada a realização de novo plebiscito.

Art. 6.º — As transferências de área territorial, de que trata esta Lei, só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição Municipal.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(a) — Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA: — O presente Projeto visa suprir uma lacuna da Lei Orgânica em vigor. A matéria é daquelas sobre as quais a Assembléia é mais frequentemente chamada a opinar, tendo em vista que a atual divisão administrativa do Estado está eivada de erros. Os conflitos e imprecisões existentes nas divisas, somados à falta de critérios geo-econômicos e históricos na delimitação de inúmeros Municípios ensejam a necessidade de transferir áreas de um para outro Município.

A esfera de competência para a iniciativa em foco é própria do Estado. Efetivamente a Lei Federal Complementar n.º 1, sgotou a competência para a criação de Municípios, porém as "suas alterações territoriais" (art. 6.º), por força do relacionamento constitucional existente entre as unidades federadas e a União, consubstanciado no § 1.º, do art. 13, da Carta Magna, podem ser assumidas tranquilamente pelo Estado.

Eis a finalidade e o fundamento jurídico da iniciativa.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 67-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Artigo 1.º — A escolha dos delegados da Assembléia Legislativa e seus suplentes, ao Colégio Eleitoral instituído pelo artigo 74 da Constituição da República Federativa do Brasil (Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de Outubro de 1969), far-se-á de acordo com as normas desta Resolução.

Parágrafo único — Os casos omissos serão decididos de acordo com as normas regimentais.

Artigo 2.º — Os Líderes de Partido, no mês de Setembro do ano anterior ao do término do mandato presidencial, convocarão reunião de suas Bancadas, para escolha dos candidatos a delegados e suplentes ao Colégio Eleitoral.

§ 1.º — A reunião será convocada com a antecedência mínima de 3 (três) dias para realizar-se na segunda quinzena do mês referido no "caput" deste artigo.

§ 2.º — A reunião será presidida pelo Líder que escolherá um Deputado

presente para funcionar como Secretário, incumbido de lavrar a competente ata, a ser assinada pela maioria dos membros da Bancada.

§ 3.º — A ordem dos trabalhadores obedecerá ao que for estabelecido pelo Líder.

Artigo 3.º — Até 30 de setembro do mesmo ano, os Líderes de Partido requererão à Mesa o registro da chapa dos candidatos a delegados e suplentes ao Colégio Eleitoral.

§ 1.º — O requerimento, que deverá conter, em seu corpo, a chapa dos candidatos, será instruído com cópia da ata da reunião da Bancada, em que foram escolhidos, bem como com declarações, individuais ou coletivas de consentimento dos candidatos.

§ 2.º — O Requerimento referido no parágrafo anterior far-se-á acompanhar da relação dos nomes dos candidatos, com a respectiva filiação, naturalidade, profissão, estado civil, data de nascimento e residência, bem assim o esclarecimento de se tratar de deputado ou suplente de Deputado.

§ 3.º — Tratando-se de Suplente de Deputado, dever-se-á apresentar, ainda, prova de encontrar-se no gozo dos direitos políticos, fornecida pela Justiça Eleitoral.

Artigo 4.º — Recebido o Requerimento do Líder do Partido e os documentos que o devem acompanhar, a Mesa reunir-se-á, imediatamente, para apreciá-los e, se não houver omissão, determinará, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento ou da providência referida no § 1.º deste artigo, que sejam publicados, no órgão oficial, com a observação de que submete a relação dos candidatos ao conhecimento público, para os fins do disposto no artigo 7.º, primeira parte, da Lei Complementar n.º 15 de 13 de Agosto de 1973.

§ 1.º — Havendo omissão, a Mesa determinará que o Líder providencie no sentido de saná-la, em 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2.º — Terceiros poderão oferecer impugnação dentro nos 3 (três) dias imediatamente posteriores à publicação que se fizer, nos termos do "Caput" deste artigo.

§ 3.º — Recebida a impugnação será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que decidirá, dentro de 3 (três) dias, improrrogáveis, ouvidos o interessado e o Líder do respectivo Partido.

§ 4.º — Vencido o prazo, sem parecer, a Mesa avocará o processo de impugnação e decidirá em igual prazo, observando o mesmo procedimento previsto no parágrafo anterior.

§ 5.º — Da decisão da Comissão de Constituição e Justiça, ou da Mesa, não caberá recurso.

§ 6.º — Mantida a impugnação, o Líder disporá de 3 (três) dias para comunicar à Mesa novo nome, em substituição ao impugnado, seguindo-se o procedimento previsto neste artigo. Rejeitada, arquivar-se-á a impugnação.

§ 7.º — Em caso de morte de qualquer dos candidatos, o Líder disporá do mesmo prazo para a respectiva substituição, observando-se o procedimento deste artigo.

Artigo 5.º — A partir de 16 de novembro o Presidente da Mesa convocará sessão extraordinária para o fim único de escolher os Delegados ao Colégio Eleitoral, bem como os seus suplentes.

§ 1.º — A sessão extraordinária será convocada na forma do Regimento Interno, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 2.º — O procedimento de escolha dos Delegados e suplentes não comportará discussão, cabendo apenas encaminhamento da votação, assegurando-se o prazo improrrogável de 10 minutos para cada Bancada, que se representará pelo Líder ou por quem ele indicar.

Artigo 6.º — A votação far-se-á pela lista dos Deputados, que chamados pelo primeiro Secretário responderão indicando a chapa de sua escolha e, a seguir declinando se votam em todos os seus integrantes ou, caso contrário, nomeando, dentre esses, os de sua preferência.

§ 1.º — A chapa a ser posta em votação obedecerá à ordem dos candidatos estabelecida no requerimento do Líder do Partido, feito nos termos do artigo 3.º.

§ 2.º — Será nulo o voto dado a candidato não integrante da chapa de escolha do votante.

§ 3.º — A medida que o 1.º Secretário proceder à chamada, o 2.º Secretário anotará as respostas e as repetirá em voz alta.

§ 4.º — Admitir-se-á voto em branco.

§ 5.º — Terminada a chamada a que se refere os incisos anteriores, proceder-se-á, ato contínuo, à chamada dos Deputados cuja ausência tenha sido verificada.

§ 6.º — Finda a segunda chamada, o Presidente declarará encerrada a votação, proclamará o resultado e mandará ler os nomes dos Deputados e os respectivos votos.

§ 7.º — O Deputado poderá obter o registro ou a retificação do seu voto, antes de encerrada a votação, fazendo-o de viva voz em Plenário.

Artigo 7.º — Considerar-se-ão eleitos delegados os candidatos que, dentro da chapa mais votada, obtiverem maior número de votos.

§ 1.º — Os menos votados na chapa referida neste artigo serão suplentes da representação.

§ 2.º — Se dois ou mais candidatos obtiverem votação igual, prevalecerá, para efeito de classificação, a ordem de colocação na chapa.

Artigo 8.º — Ultimada a eleição, a Mesa da Assembléia Legislativa, dentro em 5 (cinco) dias, comunicará à Mesa do Senado Federal os nomes e a qualificação dos delegados e seus suplentes.

Parágrafo único — A cada um dos eleitos a Mesa da Assembléia fornecerá credencial, para apresentação à Mesa do Senado Federal, na instalação dos trabalhos do Colégio Eleitoral.

Artigo 9.º — No ano em curso, a reunião de que trata o § 1.º do artigo 2.º será convocada com a antecedência de 24 horas.

Artigo 10.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República insere, de forma permanente, mais na atribuição às Assembléias Legislativas, qual seja a de se integrar no Colégio Eleitoral que elegerá o chefe da Nação, designando, na forma da Lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto do corrente ano, seus Delegados Eleitorais.

Caso uma dessas fases suscite problemas que devem obedecer soluções Regimentais.

Essa preocupação legítima-se pela necessidade de que o procedimento eleitoral seja isento de vícios jurídicos.

Na ordem hierárquica das Normas Jurídicas decorre que as inferiores se aprofundam a miudeza dos casos, enquanto os superiores permanecem nas Regras ou princípios gerais.

Por isso os princípios normativos devem ser disciplinados, no caso, pelo Regimento Interno.

Acontece que este, muito anterior ao novo preceito Constitucional, é omissivo, justificando-se, em consequência, a apresentação do presente Projeto de Resolução que submetemos à Doutra Consideração de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.973.

(aa) (Assinaturas Ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com muito prazer que ocupamos a Tribuna no dia de hoje, para comunicar a alegria de todas as entidades sindicais do Paraná com referência ao empenho em que o Governo do Estado vem realizando para a criação do Tribunal Regional do Trabalho no Paraná.

Ainda ontem, na Secretaria do Trabalho, tivemos oportunidade de participar de uma reunião em que todas as entidades interessadas na criação do Tribunal ali compareceram para dar apoio a este movimento, que hoje é de todo o Estado. Na próxima 4a. feira, esta mesma Comissão estará presente em Brasília, em audiência com o Sr. Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, Ministro Mozart Victor Russomano, quando faremos já a entrega do Projeto de Lei, para a criação do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Paraná.

Queremos frisar que ainda hoje, daqui há pouco, às 15,30 horas, o Sr. Governador do Estado estará recebendo o Sr. Secretário do Trabalho, junto com todos os representantes classistas do Estado do Paraná; os representantes da Justiça do Trabalho no nosso Estado; junta de Conciliação; Presidente da Ordem dos Advogados, setor do Paraná; Presidente da Associação Comercial; Presidentes de todas as entidades patronais do nosso Estado e de todas as Federações do Estado do Paraná, quando então irão manifestar seu júbilo, seu agradecimento a esse extraordinário trabalho que o Governador do Estado, Emílio Gomes, vem fazendo para a criação do Tribunal no Estado do Paraná. E a expectativa é bastante grande e já é quase certo que o Paraná, quem sabe ainda este ano, poderá já contar com um Projeto aprovado e com aquilo que há 23 anos vem lutando que é a criação do Tribunal Regional do Trabalho.

E para isso estamos com dois Requerimentos no dia de hoje.

O primeiro deles solicitando, se for aprovado, sem ônus desta Casa, que nos conceda o direito de representar a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no Sexto Congresso de Trabalhadores Rurais a se realizar em Porto Alegre, a partir de amanhã até a próxima 3a. feira, quando 5 Ministros de Estado e o próprio Presidente da República estarão no encerramento, dia 23, lá em Porto Alegre.

O segundo Requerimento, é solicitando aos Srs. Deputados a criação de uma Comissão desta Casa, para 4a. feira próxima representar o Poder Legislativo do Paraná e mostrar também que o Poder Legislativo também está empenhado nesta luta para a criação do Tribunal Regional do Trabalho; unindo todo o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e Justiça e da Secretaria do Trabalho; todas as entidades classistas e também a Assembleia Legislativa nesta luta que é do povo do Paraná, para trazer o Tribunal do Trabalho ao nosso Estado.

Era só isto, e muito obrigado. Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Arizone Araújo.

O SR. ARIZONE ARAÚJO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que nos traz a esta Tribuna não é de regozijo, como o que trouxe o prezado colega Lázaro Dumont. No entanto, de tristeza e de luto, pois o Sudoeste e o Oeste paranaense encontram-se enlutados por um lamentável desastre que aconteceu com a balsa, no Rio Chopin, na altura da Foz do Chopin com o Iguaçu.

Tal fato ocorreu na madrugada de hoje, sendo que pereceram mais de 40 pessoas, dada a intensidade das chuvas que desabam na Região e o crescimento das águas daquele rio, houve o rompimento de um cabo de aço e a balsa carregou com um ônibus, 2 caminhões e 4 carros e todos os seus passageiros, tendo mais de 40 pessoas desaparecidas até o presente momento.

Isto posto, Sr. Presidente, trazemos um brado de alerta daquela população que de há muito vem clamando pela melhoria dos meios de comunicação da região, especialmente a construção de pontes naquele rio, obstáculo natural que impede a melhor comunicação entre a Região Sudoeste e a Região Oeste.

Como é de conhecimento de todos, naquela mesma Região está sendo construída a maior Usina Hidrelétrica de nosso Estado, a Usina de Salto Osório e já por ocasião da construção da Usina Chopin II foi construída uma ponte pela COPEL, uma ponte de uma pista só porque no momento não havia possibilidade de um convênio COPEL-DER. Esta ponte, com as chuvas do ano passado, também caiu e a transposição daquele rio estava sendo feita precariamente por essa balsa que acaba de ser levada pelas águas.

Assim, Sr. Presidente, fazemos um apelo na tarde de hoje, aproveitando em especial a presença do Sr. Ministro dos Transportes que vem visitar obras em nosso Estado, para que de imediato ponha termo a este estado de coisas dando recursos ao nosso Estado porque, como é de conhecimento de todos, existe projeto de construção de estrada ligando o Sudoeste ao Oeste e esperamos que o momento de tristeza sirva para que o Sr. Ministro do Trabalho volte seus olhos para nosso Estado e traga o mais breve possível a solução para este angustiante problema. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Reunião para tratar de assunto de transcendental importância para o principal escoadouro de nosso Estado, efetuou-se na cidade de Paranaguá.

Convidados que fomos para participar da reunião com os industriais do ramo de adubos e fertilizantes do Estado do Paraná e de outros industriais dos Estados de São Paulo e R. G. do Sul, lá comparecemos para ouvir o relato do Diretor Superintendente do Porto de Paranaguá, Sr. Alfredo Budant, levando ao conhecimento de todos os presentes as dificuldades encontradas e que quando na presença do Almirante Zave Bogocian, Diretor do DNPVN, verificou que o Porto de Paranaguá não tinha os mesmos benefi-

cios que eram dados aos Portos de Porto Alegre e Santos que, com o de Paranaguá, são os três super-portos de exportação, sendo que o Governo Federal tem verbas para aparelhar e equipar esses Portos.

Assim sendo fizemos um pronunciamento, um discurso enfocando este assunto de magna importância para nosso Estado.

(Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando da escolha para a instalação de uma Refinaria da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) no Sul do País, mais especialmente entre nosso Estado e o vizinho Estado de Santa Catarina, nós, paranaenses, arregaçamos as mangas e partimos decididos para a luta com um único desiderato: Não perder em hipótese alguma!

Não perdemos, Sr. Presidente! A Refinaria de Araucária já começou a dar os seus primeiros passos e já se configura como exemplo do novo tópico de nossa economia: A industrialização.

Se citei a Refinaria de Araucária, Srs. Deputados, neste meu pronunciamento, apenas o fiz com o fito de trazer aos Senhores e ao meu Estado, que nova luta devemos abraçar para dar ao Paraná uma nova rentabilidade nos setores da dualidade agricultura e industrialização".

E para que os Srs. Deputados tenham uma dimensão exata do que significa a Refinaria que já é uma realidade em nosso Estado, a preocupação dos dirigentes da Refinaria, no que tange a terraplenagem que é de 15 milhões de metros cúbicos, dada a quatro firmas paranaenses, cada uma com quase 4 milhões de metros cúbicos de terraplenagem, o prazo dado para essas empresas foi de seis meses improrrogáveis. Porque cada minuto que atrasar daria a Petrobrás um prejuízo de 5 mil cruzeiros; 300 mil por hora.

Isto posto, Srs. Deputados, num assunto paralelo que trazemos ao conhecimento da Casa, alertamos os Srs. Deputados e iremos prosseguir nosso discurso.

"Ontem, tive a oportunidade de participar de uma reunião que contou com a presença de industriais ligados ao ramo de fertilizantes e que, em última análise, visou promover o principal Porto de nossa terra, o de Paranaguá, afora o setor cafeeiro, em escoadouro primordial da produção de adubos.

Três Super-Portos dispõe a Nação no seu setor-Sul: Porto Alegre, Santos e Paranaguá.

Se olharmos sob o ponto de vista geográfico o nosso portão marítimo já leva grande vantagem, por servir de meio termo ao setor-Sul brasileiro, equidistante em quase igual quilometragem do Rio Grande do Sul e de São Paulo, ao passo que os demais em relação a esta triade ficariam no dobro da distância.

Compete a nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como delegados do povo e de nossos setores mercantilistas e industriais, iniciar a luta pela detenção de tal primazia.

O Porto de Paranaguá oferece regalias ideais para entrarmos nesta luta, pois, segundo afirmações do seu diretor, já existem dois pontos prioritários para a instalação do local de atracagem, para os navios adubeiros, afora o excepcional serviço de ampliação de sua profundidade, como é o caso da Barra Sueste que teve aumentado o seu calado para 10 metros de profundidade e a Barra da Galheta com 14 metros de fundo.

Afora isso, Srs. Deputados, com a designação de Paranaguá, como principal Porto de fertilizantes, o frete tanto ferroviário, como rodoviário cairia amavelmente em função da distância menor.

Para os Senhores terem uma idéia dos mesmos basta dizer que atualmente a tonelada de fertilizantes que sai de Porto Alegre e chega a Londrina, por via férrea está custando Cr\$ 71,00, enquanto que carregada por caminhões sofre uma oneração de 35 por cento a mais.

Se a carga parte do Porto de Santos, por trem, chega ao Norte do Estado a Cr\$ 37,00 a tonelada e por via rodoviária a Cr\$ 55,00.

Se usássemos o Porto de Paranaguá o preço-tonelagem cairia para Cr\$ 28,00 e Cr\$ 42,00 respectivamente ferrovia e rodovia, sendo, portanto, mais barata em 60% e 20% em relação a Porto Alegre e Santos.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um grupo Sul-Africano, ligado ao ramo de adubos, pretende se instalar no Sul do Brasil. Segundo seus dirigentes, cerca de 30 milhões de dólares serão investidos no Porto onde instalarão a fábrica. E um grupo instalado na África do Sul e pretende se instalar no Brasil, aliás, como os grandes industriais do mundo que querem também aqui se instalar. Essa indústria irá produzir 600 mil toneladas de fertilizantes anualmente e movimentará 1 milhão e 200 mil toneladas de adubos. Dará mão de obra para 700 operários ao reduto do Paraná onde mais sofre por falta de mão de obra, que é o litoral.

Entendemos que se o Governo do Estado e o Governo do Município se unirem para conjugarem seus esforços no sentido de darem incentivo a essa indústria Sul-africana que está com o firme propósito de vir ao Brasil, como já disse, para o Rio Grande do Sul, Santos ou Paranaguá e que escolherá, naturalmente, aquele Porto que lhe oferecer maiores vantagens.

Cada tonelada de adubos equivale a 970 cruzeiros a tonelada e se nós multiplicarmos 600 mil toneladas por 970 cruzeiros, encontraremos 580 milhões de cruzeiros, que é quanto faturará essa indústria que pensa se instalar em Paranaguá.

Um mutirão entre a Prefeitura de Paranaguá e o Governo do Estado, com a ajuda do Governo Federal, através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, poderia trazer ao Paraná essa empresa estrangeira.

Da parte municipalista, sabemos que o trabalho de sapa já foi começado, pois foi aberta concorrência para vários trabalhos técnicos, da qual está incluído o Estudo da Viabilidade e Legislação de Incentivos Fiscais para o Distrito Industrial ao Município.

Temos a certeza que a solicitação da área que a indústria necessita para localizar sua fábrica — em um desses três Portos — será prontamente atendida pelo Prefeito de Paranaguá.

Cabe agora ao Governo do Estado se interessar pelo assunto, não só quanto ao grupo descrito, como na parte geral, afeta ao ramo, estabelecendo uma infra-estrutura compatível ao assunto.

O Paraná consome 500 mil toneladas de fertilizantes, e poderá consumir muito mais, já que somos um Estado essencialmente agrícola. 350 mil dessas 500 mil toneladas, são em forma de matéria prima, importadas atualmente através de Santos e Porto Alegre. É absurdo o que acontece com relação a Paranaguá. Por que não movermos gestões junto ao Governo Federal e Estadual para que essas toneladas possam também ser importadas pelo Porto de Paranaguá?

É um Porto que pode oferecer as mesmas vantagens que os outros se conseguirmos corrigir algumas instalações. Por que razão não importamos essas toneladas, e nos anos posteriores muito mais do que isso, já que as nossas necessidades serão maiores? Existem algumas poucas desvantagens que

podem ser superadas se houver um trabalho entre o Governo do Estado e o Governo Federal através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Somente no setor transporte, com a instalação em nosso Estado do Grupo Sul-Africano, teríamos uma economia de 35 milhões de cruzeiros no setor-frete, afora a grande baixa no preço do produto em si, que seria aqui mesmo fabricado.

Ressalte-se que o preço transporte atualmente verificado no campo de fertilizantes poderia ser ainda menor, já que, atualmente o mesmo apenas é transportado como "contra-carga", visando diminuir as despesas dos caminhões que à Paranaguá demandam no transporte do soja e café. Para a Rede Paraná-Santa Catarina a condução de fertilizantes também penosa se torna, pela ação corrosiva dos mesmos em seus vagões.

Com a implantação de uma fábrica de fertilizantes em nosso Estado isso se solucionaria, já que linhas regulares e especialistas no produto seriam criadas no setor rodoviário, com a consequente baixa no preço dos transportes e um acordo entre o Governo Estadual e a Rede Viação Paraná-Santa Catarina, seja através de cessão de vagões ou construção de vagões especiais, ou mesmo na compensação de seus gastos, ou ainda na criação de trens especiais, solucionaria o setor ferroviário.

Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Rede Ferroviária Federal entende que é anti-econômico as composições que do Porto demandam ao Interior, porque, para que possam galgar o Porto subiriam a serra numa composição razoável, para o que são necessárias 2, às vezes 3 máquinas Diesel, com, conjugando seus esforços possam trazer até o Porto, uma composição de 12, 13 e às vezes até 15 vagões. Mas esse problema deve ser superado pelo Governo Federal, em conjugação com o nosso, o Estadual, evidentemente, porque, o Governo Estadual deve encontrar um meio.

É o que nós solicitamos neste nosso pronunciamento junto ao Governo Federal, meios, para baratear o custo desse transporte ferroviário, porque a reclamação dos vários industriais que operam nesse setor em Paranaguá, — é de que somente na época da safra de café e soja, existem caminhões com carrocerias que podem retornar ao Interior, e, no período da entressafra o produto fica no Porto, carecendo de transporte e dificultando sobremaneira a chegada de matéria prima, inclusive, a Região de Rolândia que tem nesse setor de fertilizantes um homem que eu considero exponencial, um idealista, um homem que eu tive o prazer de conhecer com profundidade, ontem, o Sr. Klaus Nicksdorf, é um homem que, sinceramente Srs. Deputados, é um verdadeiro sabor conversar com aquele homem de empresa, ele, realmente, pede providências ao Governo Estadual e Governo Federal, para que Paranaguá possa oferecer as mesmas vantagens que o Porto do Rio Grande do Sul e Santos. Ele é titular da RICASA e, me parece, outras indústrias na cidade de Rolândia, no Norte do Estado e, atendendo solicitação dele e demais industriais todos com interesses voltados para o Porto de Paranaguá e consequentemente para nosso Estado, é que nós resolvemos participar daquela reunião, ontem, e fazemos este pronunciamento, hoje, a fim de tentarmos com nossas palavras sensibilizar o Governo do Estado e o Governo Federal, para que possamos atingir o nosso desiderato, o nosso objetivo.

A verdade é uma só, Srs. Deputados: o Paraná precisa ganhar essa luta pela implantação em nosso Porto de escoamento ou importação de fertilizantes! As condições podem ser criadas, modelando-se a infraestrutura. Se vencermos uma luta maior pela implantação de uma Refinaria em nosso Estado, poderemos e venceremos a luta pela redenção estadual no ramo dos fertilizantes. Um memorando deverá ser entregue por industriais e pessoas ligadas ao ramo, ao Diretor do DNPVN, Almirante Zave Bogocian, solicitando a interferência dos mesmos para o assunto. Acho que devemos apoiar, incentivar e nos incorporarmos a este grupo que luta pela emancipação do Estado neste campo. De minha parte, Sr. Presidente, como forma de um pequeno mas sincero auxílio, solicito seja enviada cópia deste pronunciamento ao Sr. Diretor do DNPVN, bem como ao Sr. Ministro dos Transportes, Indústria e Comércio".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria dos Srs. Deputados Santos Lima e Ivo Thomazoni, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência anuncia, com satisfação, a presença no Plenário, do Prefeito Municipal de Guaquegaba.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 43-71, que autoriza o Poder Executivo a doar, à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor, o terreno que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 43-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Pro-

copense de Assistência ao Menor, do Município de Cornélio Procopio, um terreno de sua propriedade, com a área de 242.000 (duzentos e quarenta e dois mil) metros quadrados, localizado na Fazenda Congonhas, no referido Município, com as divisas e confrontações constantes do título transcrito sob o n.º 8.682, no Livro 3.º n.º 12, do Registro de imóveis da Comarca de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-9-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Alvaro Dias — Basílio Zanusso

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 13-73 que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, para funcionar em Período Noturno anexo ao Grupo Escolar João Loyola, bairro do Pinheirinho, nesta Capital e dá outras providências. — Aprovado.

Redação Final do Projeto n.º 13-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual para funcionar no período noturno anexo ao Grupo Escolar João Loyola, no Bairro do Pinheirinho, a partir do ano letivo de 1974.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1974.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.9.73.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Alvaro Dias

Basílio Zanusso

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 44-73, que transfere para a Jurisdição do Município de Campo Mourão, os serviços de trânsito do Município de Janiópolis. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 44-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a Circunscrição de Trânsito de Campo Mourão, os serviços de trânsito do Município de Janiópolis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.9.73.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Alvaro Dias

Basílio Zanusso.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 64-73, que declara de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras de Rotarianos de Jataizinho, com sede na cidade do mesmo nome. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 64-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Jataizinho com sede e foro na Cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.9.73.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Alvaro Dias

Basílio Zanusso.

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 28-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 90-73, que aprova os convenios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação este, através do Instituto Nacional do Livro do Departamento de Educação Física e Desportos, visando aquisição de livros e cumprimento de programas de Educação Física. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado pelo Substitutivo.

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 33-73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que transfere ao Departamento Legislativo Sessão de Autografia e suprime o item VII. do Artigo 23 do Regimento Interno. Parecer favorável da C.C.J. com SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGENCIA — Aprovado pelo Substitutivo.

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 42-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 119-73, que aprova Convenio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) objetivando execução de programas de alfabetização no corrente ano. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — COM SUBSTITUTIVO EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado pelo Substitutivo.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 89-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar um Curso Científico, no Ginásio Estadual do Município de Santa Izabel do Ivaí para funcionar no próximo ano letivo, Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 147-72 de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 186-72, de autoria dos Deputados Jorge Sato e Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Escola Paroquial São Vicente de Palotti, da Cidade de Mandaguari. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 78-73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que dá nova redação e acresce de Parágrafo que especifica, ao Artigo 3.º da Lei n.º 5.926 de 22.4.69. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 106-73 de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 127-73 de autoria do Dep. Nelson Buffara que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Largo os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 212-72, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R. para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga o Município de Marameleiro no Estado do Paraná ao Município de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 43-73, de autoria do Dep. Quieise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo passar à responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria a estrada que liga as sedes dos Municípios de Itaguapé e Colorado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 62-73, de autoria do Dep. Quieise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 91-73 de autoria do Dep. Cândido M.M. de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a "Congregação Mariana de Jovens da Catedral", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 124-73, de autoria do Dep. Fabiano B. Cortes, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Colombo, os implementos agrícolas que especifica pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 183-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 74-73, encaminhando anteprojeto de Lei visando majorar para 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado o valor das pensões mensais de que tratam as Leis n.ºs 4.763 de 5.11.63 e 54-63, de 22.11.63 e artigo 2.º da Lei n.º 5.155 de 16.6.65. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com EMENDA. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo, com emenda.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 45-73, de autoria do Dep. Igó Iwant Losso, que acresce parágrafo que especifica, ao artigo 27, da Lei n.º 5.615 de 11.8.67. Parecer favorável da C.C.J. com SUBSTITUTIVO. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

LEI N. 5.615

PROJETO DE LEI N. 45-73

DATA: 11 de agosto de 1.967.

Dispõe sobre a Constituição, competência e etc. do Tribunal de Contas do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO II

CAPÍTULO UNICO

Da Competência, Jurisdição e Atribuições.

Art. 27 — As entidades de Direito Público ou Privado que receberem do Estado auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título, serão obrigados a comprovar, perante o Tribunal a aplicação das importâncias recebidas aos fins a que se destinarem sob pena de suspensão de novos recebimentos além das cominações cabíveis aos seus responsáveis legais.

Art. 28 — ... Vetado.

Palácio do Governo em Curitiba, em 10 de agosto de 1967.
aa) PAULO PIMENTEL — Rubens Bailão Leite.

LEI N.º 5.615

DATA: — 11 de agosto de 1.967.

Súmula: Dispõe sobre a constituição, competência e etc., do Tribunal de Contas do Estado.

Artigos e parágrafos a serem alterados:

CAPÍTULO II

Dos Ministros

Art. 5.º:

"Parágrafo 1.º — A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na última sessão plenária e ordinária do mês de dezembro de cada ano, exigindo-se, sempre a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos.

Parágrafo 2.º — Na sessão plenária seguinte às eleições os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado.

Arts. 16 e 30 da mesma lei, ficam acrescidos de "Parágrafo único".

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 45-73

AUTOR: Deputado Igó Iwant Losso.

SÚMULA: Altera o art. 27 da Lei n.º 5.615 de 11.08.67, na parte que se

refere a prestação de contas dos auxílios financeiros recebidos do Estado por entidades assistenciais.

I) — O objetivo do Projeto é muito oportuno, tendo-se em vista os problemas que vem surgindo no recebimento das verbas de assistência social pelas diversas entidades. Estas, quando são beneficiadas com mais de um auxílio financeiro durante o mesmo exercício, não podem receber o segundo sem antes ter prestado contas da aplicação do primeiro. Essa norma prejudica a entidade e também causa problemas no Tribunal de Contas.

O presente plano de lei vem estabelecer a prestação de contas por exercício, no subseqüente aos dos recebimentos dos auxílios, contribuições ou subvenções de qualquer natureza.

II) — O Projeto é legal, constitucional, sendo o nosso parecer favorável à sua aprovação nos termos do Substitutivo geral apresentado anexo.

Sala das Comissões, em 27.6.73.

as. ilegível — Presidente

Dep. Sebastião Rodrigues — Relator

Comissão de Constituição e Justiça Substitutivo Geral ao PROJETO DE LEI N. 45-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 27 da Lei n.º 5.615, de 11 de agosto de 1967, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

"Art. 27 ...

Parágrafo único — A prestação de contas a que se refere este artigo será feita por exercício e submetida ao Tribunal no exercício financeiro subseqüente aos dos recebimentos dos auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título".

Art. 2.º — Os parágrafos 1.º e 11, art. 5.º, da mesma lei, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 5.º ...

§ 1.º — A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto na última sessão plenária e ordinária da primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano, exigindo-se, sempre a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos.

§ 11. Na primeira sessão plenária do novo exercício civil, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado".

Art. 3.º — Ficam acrescentados aos artigos 16 e 30 da lei supra citada, os seguintes parágrafos únicos:

"Art. 16, ...

Parágrafo único: — Os Procuradores do Estado, junto ao Tribunal de Contas serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por quaisquer funcionários designados pelo Presidente do Tribunal dentre os portadores de diploma de bacharel em direito, com mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em função pública".

"Art. 30 ...

Parágrafo único: — O Tribunal de Contas poderá contratar os serviços de firmas especializadas para a execução das análises preliminares da fiscalização financeira e orçamentária dos órgãos públicos, inclusive dos municípios".

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.6.73.

as. ilegível — Presidente

Dep. Sebastião Rodrigues — Relator

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 94-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que determina fixação obrigatória de critério para realização de despesas pela Administração Pública ou Órgão da Administração Indireta, com Publicidade e Divulgação. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 94-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Determina a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade e divulgação, efetuadas pela Administração Pública ou órgão da Administração Indireta.

Art. 1.º — A distribuição, realizada pela Administração direta ou indireta, de matéria de divulgação ou publicidade a revista, periódicos e emisoras de rádios e televisão obedecerá a critérios objetivos estabelecidos em normas fixadas pelo Poder Executivo e oficialmente publicadas.

Parágrafo único — Como base para fixação desses critérios, deverão ser levados em conta, entre outros fatores, a circulação do periódico, suas características editoriais, o mercado a que se dirige e a natureza da publicação a ser feita bem como no caso de emisoras, a audiência e a potência, o tipo de programação e outros elementos que possam influir na eficiência da divulgação.

Art. 2.º — Pela despesa efetuada em desconformidade com o disposto nesta lei responderá civil, administrativa e penalmente o agente que a ordenar.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO:

Com o duplo objetivo de preservar a probidade administrativa e garantir a liberdade de imprensa, submetemos a Assembléia Legislativa, projeto de lei determinando a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade e divulgação, efetuadas pela administração Pública ou órgão da Administração indireta.

Em qualquer de suas modalidades, a gestão dos dinheiros públicos é para o administrador, não um "direito-interesse" mas um "direito-função". Não pode visar ao seu benefício ou intuito pessoal, mas deve atender ao interesse público.

No caso de verbas relativas aos meios de divulgação, a matéria assume maior gravidade. A aplicação discriminatória de verbas de publicidade presta-se aos expedientes inconfessáveis do aliciamento e perseguição. Fere, assim, de um lado, o princípio da liberdade de imprensa, e de outro as normas elementares de probidade administrativa, que constituem valores essenciais de qualquer nação civilizada e culta.

Sobre a liberdade de imprensa, escreveu Ruy Barbosa: "De todas as liberdades, é a de imprensa a mais necessária (...). Não se suprime essa liberdade, senão para ocultar as demais".

Sobre a probidade na gestão dos dinheiros públicos e sua importância básica na vida nacional basta lembrar que a Constituição capitula entre

os crimes de responsabilidade do próprio Presidente da República "a probidade na administração" (art. 82 n.º V). E o artigo 315 do Código Penal inclui o emprego irregular de verbas públicas entre os crimes contra a administração.

Impõem-se, assim, a substituição de critérios meramente subjetivos na distribuição de publicidade pelo Poder Público, por critérios objetivos fixados com antecedência e devidamente divulgados. É esse o processo que propomos para evitar as violações da liberdade de imprensa e a malversação de verbas públicas.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

Deputado — MAURICIO FRUET.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 94-73

PARECER

O nobre deputado Maurício Fruet propõe o estabelecimento de critérios, cujos fundamentos indica, para a aplicação das dotações orçamentárias destinadas à divulgação e à publicidade dos negócios do Estado.

Em resumo, o ilustre autor do projeto deseja substituir, na matéria em questão, os critérios subjetivos por critérios objetivos, de tal sorte que o Executivo, em termos de divulgação e propaganda, apenas execute fiel e submisso os mandamentos inseridos em Decreto.

De um ponto de vista rigorosamente operacional, os indicadores do projeto são inábeis para colimar o fim esperado pelo seu operoso autor. Primeiro, porque deixa a competência de estabelecer as normas controladoras ao próprio sujeito do controle, consoante se verifica da parte final do artigo 1.º. Em segundo lugar, porque as bases objetivas para a instituição dos critérios é de tal amplitude e generalidade que o arbítrio — no bom sentido de escolha ou decisão autônoma — permanece intacto no conjunto dos poderes inerentes ao exercício do cargo executivo supremo do Estado.

Sob o prisma ético, o alcance do projeto é limitado pela evidência das naturais e históricas insuficiências da força legal em produzir efeitos nessa complexa esfera da moralidade humana.

De baixo de uma conceitualização estritamente política — ciência e arte de governar — não há como reduzir o campo decisório personalíssimo do legítimo titular de um cargo, sem o comprometimento da iniciativa, da criatividade e, em consequência, da responsabilidade pessoal, irremediavelmente fundida num todo com a pessoa física e a personalidade do governante. A criação de uma espessa malha de disposições legais minuciosas em torno do núcleo do poder decisório, poderia sufocar, abafando e estiolando, as fontes inesgotáveis, originais e inéditas do gênio peculiar à individualidade daquele que personifica e encarna o poder. O ideal do exercício da função governativa absolutamente cativeiro de normas impessoais é, não só utópico, mas altamente perigoso em termos de tecnicismo desumanizante.

Por outro lado, a doutrina democrática do poder político criou e gerou leis que tutelam a gestão dos dinheiros públicos, sob penas claramente expressas na legislação vigente no país.

Todavia, como a proposição não fere dispositivo constitucional ou legal, opino pela aprovação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA: "Projeto de Lei n.º 94-73 — Determina fixação obrigatória de critérios para realização de despesas pela administração pública ou órgão da administração indireta, com publicidade e divulgação e dá outras providências".

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 94-73, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, que determina fixação obrigatória de critérios para realização de despesas pela administração pública ou órgão da administração indireta, com publicidade e divulgação, e dá outras providências.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado conforme R. Parecer de fls., pela constitucionalidade e legalidade da matéria em análise, não vê, esta Comissão de Finanças, em seu âmbito, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 26 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. João Calil Fadel — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que denomina "São Luiz", o atual Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, Município de Clevelândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 125-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, pertencente ao Município e Comarca de Clevelândia, passa a denominar-se "São Luiz" e a ter sede na vila de igual nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1973.

Antônio Belinati — Dep. Estadual

JUSTIFICAÇÃO:

A sede do Distrito de São Francisco de Sales, pertencente ao Município de Clevelândia, está situada no extremo oeste da porção territorial que o compõe, dificultando, assim, o acesso à mesma da população que fica nos outros extremos do referido Distrito. Além disso, a atual sede distrital está situada num lugarço composto apenas de quatro (04) casas residenciais e uma pequena casa escolar de madeira, ao passo que a vila denominada São Luiz, para onde se pretende mudar a sede do Distrito, possui mais de 30 casas residenciais, duas serrarias, um grupo escolar de alvenaria, recentemente construído, um ginásio estadual e várias casas comerciais.

Acresce notar, ainda, que a vila de São Luiz está situada próximo ao centro territorial que compõe o Distrito, facilitando dessa forma, o acesso de todos os interessados às repartições públicas que ficarem localizadas na mesma vila.

Pelas razões expostas, espera-se que os Senhores Deputados aprovem o presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 125-73

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Belinati, denominar o Distrito de São Francisco de Sales, pertencente ao Município e Comarca de Clevelândia, de "São Luiz" e a ter sede na Vila de igual nome.

2 — Face às alegações apresentadas na justificação do projeto pelo seu ilustre autor, somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 125-73

SÚMULA: "Denomina "São Luiz", o atual Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, no Município de Clevelândia - Pr., e dá outras providências".

PARECER

1.) Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 125-73, de autoria do nobre Deputado Antônio Belinati, que denomina "São Luiz" o atual Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, no Município de Clevelândia - Pr., e fixa sua sede na Vila de igual nome.

2.) Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça em R. Parecer de fls., nos Autos, se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da proposição e tendo em vista o evidente interesse comunitário, na concretização da medida proposta, não vê, esta Comissão de Finanças, no que lhe concerne, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei em testilha.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 1973

aa) — Quiesle C. da Silva — Presidente

João C. Fadel — Relator

Álvaro Dias

Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, pela passagem do Dia do Radialista. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão de Srs. Deputados, juntamente com demais entidades representativas do Paraná, manter em Brasília uma entrevista com o Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9.a Região, com sede em Curitiba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Prefeito de Maringá, Sr. Silvio Barros, bem como ao Sr. Secretário de Cultura, Professor Renato Bernardi, pela realização dos Jogos Estudantis realizados naquela cidade. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Conselho Federal de Educação, a fim de que o processo de reconhecimento da Universidade Estadual de Ponta Grossa, seja apreciado na próxima reunião do referido Conselho. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo sucesso alcançado pela II Fenam, e a transcrição na Ata dos trabalhos de hoje, dos artigos de autoria do Advogado especializado em comércio internacional, Dr. Fernando Antônio Miranda sob os títulos "Comentários sobre o reflorestamento" e "A madeira e o Comércio exterior". — Aprovado. (A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico — Licopar —, convidando-o a proferir palestra nesta Casa, referente aos trabalhos desenvolvidos em favor da juventude paranaense, pela entidade que preside. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja autorizada a sua participação, como Representante da Casa, sem qualquer ônus para a mesma, no VI Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, a realizar-se em Porto Alegre. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, constante do Expediente, solicitando voto de louvor, à Comissão Organizadora da 1.a Ficar — 1.a Feira Industrial, Comercial e Agrícola Regional, realizada em Nova Santa Rosa, Município de Toledo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, constante do Expediente, solicitando voto de louvor, à Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, fundadoras do Colégio Imaculado Coração de Maria, da cidade de Toledo, no ano de seu Jubileu de Prata. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja enviado apelo a Sanepar, no sentido de que seja determinada providências, referente ao problema do fornecimento de água aos usuários de Cascavel. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Iris Caldart sempre preocupado com os assuntos que dizem respeito ao Oeste do Paraná, mais especificamente à cidade de Cascavel, formulou apelo dirigido às autoridades estaduais, no sentido de que se urgenciassem os trabalhos relativos ao fornecimento de água àquela cidade.

Dentro da nova filosofia do Governo Federal, com a implantação do Plano Nacional de Saneamento, o PLANASA, que visa resolver de forma racional e definitiva o problema do saneamento básico no Brasil, o Paraná aderiu a essa política já em março de 1972, credenciando a SANEPAR como concessionária única do Estado, abrindo assim novas fontes de recursos para um atendimento a curto prazo, na melhoria e implantação de sistemas de abastecimento de água em nosso Estado.

Como condição "sine qua non" a SANEPAR só poderá investir recursos aos Municípios quando de posse da concessão dos serviços de água e esgotos sanitários.

Isto posto, a SANEPAR em 16 de agosto de 1972 firmou contrato de concessão para exploração do sistema de água e esgotos com o Município de Cascavel, assumindo a partir de outubro do mesmo ano, a responsabilidade total do sistema existente, embora precário, mas que atendia com insuficiência a população daquela cidade.

Diante da grave situação do sistema existente e face ao grande desenvolvimento da cidade, a SANEPAR partiu para a solução definitiva que atendesse o acréscimo populacional, elaborando um novo projeto que desse condições de atendimento até os próximos vinte anos, iniciando as obras do novo sistema, ora em construção e com sua conclusão prevista para abril do próximo ano.

O novo sistema de abastecimento de água de Cascavel, em construção pela SANEPAR, compõe-se de captação no rio Cascavel, Estação Elevatória, Casa de Bombas, Adutoras, Reservatórios, e rede de distribuição, numa extensão de 130 quilômetros e uma capacidade de atendimento a 50 mil habitantes em sua primeira etapa.

Os investimentos necessários para a sua realização são da ordem de 8 milhões de cruzeiros. A solução definitiva do problema de abastecimento de água naquela cidade, se dará somente quando a SANEPAR entregar à população o novo sistema devidamente concluído.

De acordo com as normas estabelecidas pelo BNH a SANEPAR não poderá investir, paralelamente, na melhoria do sistema atual, podendo somente preservar a sua manutenção, até que entre em funcionamento o sistema em construção.

Com a implantação da nova rede de distribuição (130 quilômetros de extensão) e aproveitamento da rede antiga, há necessidade de eventuais paralisações do abastecimento para as interligações de redes, ocasionando interrupções, mas sempre com avisos e esclarecimentos à população.

A par dessas paralisações, muitas vezes há necessidade de utilizar água do atual sistema para testes preliminares da nova rede, ocasionando uma redução no abastecimento.

A SANEPAR vem envidando todos os esforços no sentido de que até a conclusão e a entrada em operação do novo sistema, que se dará em abril do próximo ano, a população seja atendida dentro da melhor forma possível, de acordo com a capacidade do sistema atual.

Não bastassem as informações que trago para conhecimento do Sr. Deputado Iris Caldart, que apela às autoridades uma solução urgente para o problema que considera — e nós também consideramos — grave para a cidade de Cascavel, deveria também informar que em data de ontem deslocou-se para Cascavel um engenheiro da SANEPAR encarregado de supervisionar o trabalho que ali se desenvolve para em consonância e apoio ao engenheiro chefe do serviço atualmente em Cascavel, observar, não só o andamento do ritmo de trabalho ali desenvolvido, mas também e principalmente, os cortes eventuais e necessários em alguns circuitos da rede, sejam feitos em menor prazo para evitar prejuízos. Eram as informações que queria trazer....

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Efetivamente a SANEPAR está remodelando e ampliando serviços de fornecimento de água em Cascavel e o que se reclama, o que o povo de Cascavel reclama e não entende, é que sendo o precioso líquido essencial à vida da comunidade, eminentemente essencial à vida da comunidade, reclama que se encontrasse uma fórmula para que não ocorresse as interrupções de até 6 dias, como tem acontecido em Cascavel, principalmente em hospitais. Sabe V. Exa. que em Cascavel hoje existem, se não me engano, 8 ou 10 hospitais, todos grandes, mais ou menos 60 hotéis e há casos em que a interrupção de água se prolongou até 6 dias. Essas afirmações eu as tive ainda hoje pela manhã, e inclusive li nos jornais, um apelo do Prefeito Municipal de Cascavel, que traduz como de calamidade pública a situação do fornecimento de água em Cascavel. Então, não é reclamo, não é censura quanto às atividades da SANEPAR, no seu trabalho de implantação definitiva, se bem que se diz que seria para 10 ou 12 anos o fornecimento de água a Cascavel, porque vai abastecer uma população de 50.000 habitantes; 50.000 habitantes tem hoje, em Cascavel.

O SR. IVO THOMAZONI — Somente quero esclarecer a V. Exa.: a primeira etapa atenderá 50.000 habitantes. O plano de investimento todavia, pretende o atendimento de 100.000 habitantes até 1.990.

O Sr. Iris Caldart — Nós sabemos, Nobre Deputado, que realmente está se fazendo um trabalho que vai resultar, isto é, o que se atenta no momento é esta situação em hospitais, hotéis, que, sabe V. Exa., que uma família também que fica lá 4, 5, 6 dias sem água, é uma situação insustentável!

Nós pedimos no nosso Requerimento e que não foi nisso censura, nem um Requerimento desrespeitoso, que se desse uma providência porque entendemos que numa cidade, quando surge um problema que vai às raízes da calamidade pública, há de se tomar uma atitude — não sei qual — os técnicos e os órgãos afetos a essa situação é que devem encontrar uma solução, porque dizem até, veja V. Exa., lá em Cascavel diz o povo que, enquanto o serviço de água era feito pela Prefeitura Municipal, não faltava água. Não há aqui uma censura, nem uma queixa — o que há, é um pedido para que paralelamente a esse serviço, se possível, se faça um atendimento para que este fato não perdure, fato este que já é de calamidade pública na cidade de Cascavel.

De qualquer forma, eu agradeço sinceramente a atenção de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Realmente, o sistema é projetado para 100.000 habitantes até 1.990; mas pretende-se que o sistema atenda na presente etapa, 50.000 habitantes e cujo custo está estimado para atendimento a 50.000, em 8 bilhões de cruzeiros.

Mas, veja V. Exa., que a SANEPAR está operando em Cascavel um sistema antiquado, que é o antigo sistema de abastecimento de água em Cascavel, e, não fosse só o extraordinário crescimento populacional da cidade, o consumo de água, lá, é elevadíssimo, propiciando as condições de abastecimento que oferece o sistema. Além disso, e daí, parece, a queixa principal no tocante ao fornecimento de água, a 28 de agosto houve uma avaria em um dos conjuntos, no sistema antigo que, para sua recuperação levou tempo e reduziu ainda mais a capacidade de fornecimento de água pelo sistema atual. O que veio naturalmente ocasionar reclamações por parte de toda a população, reclamações mais intensas. E paralelamente a este problema, foi necessário também, segundo informações que eu obtive, autorização da água do sistema antigo para a realização de intensos testes preliminares para a nova rede. E vejamos, Sr. Deputado, se eu lhe desse ao menos a metragem ou o diâmetro desses 150 quilômetros de nova rede que estão sendo colocados paralelamente à rede antiga e alguns circuitos, à medida que vão sendo colocados sem que se retire o antigo, para que continue abastecendo a cidade de água, tem que se fazer testes nas junções, e quando se considera o serviço concluído fecham-se os registros da rede antiga para que o líquido escorra na nova galeria. E para que com isso se possa testar a nova rede. Parece-me que isto tem causado novas interrupções, mas como sabemos, na medida do possível, a SANEPAR tem procurado fazer que as interrupções não se alonguem por muitos dias para evitar maiores prejuízos. Está comigo também, o apelo feito pelo Sr. Prefeito Municipal Pedro Mufato, dirigido ao Sr. Mário Brandalizi, Presidente da SANEPAR, e também as notícias estampadas em alguns jornais, na "Folha de Londrina" e também no "Diário Popular", que dão conta da situação em que vive a cidade de Cascavel. Veja V. Exa. que nós por muitos anos, a partir da implantação do PLANASA no Paraná, esta-

mos procurando dar uma solução não mais paliativa ao problema, porque quem sabe, seria bem mais simpático e até mais econômico hoje, a SANEPAR procurar captar, fazer a captação e injetar maior quantidade de metros cúbicos de água no reservatório atual e atender intensivamente à população com a rede antiga. Mas seria uma solução paliativa a curto ou a médio prazo, o que viria criar problemas maiores. Daí, a razão da SANEPAR ter pretendido resolver o problema que o Município não teria condições financeiras para resolver. Implantando uma obra de vulto talvez no interior do Paraná, o maior investimento que a SANEPAR está fazendo depois de Maringá, só agora, é amanhã, que a SANEPAR discute em Londrina a possibilidade de se atribuir a responsabilidade para a distribuição do serviço de água em Londrina e dos Municípios satélites. Por certo a SANEPAR vai conseguir beneficiar também Cascavel e outros Municípios. Portanto, a rentabilidade hoje, do serviço de distribuição de água de Londrina, capacitará uma rentabilidade maior para que a SANEPAR injete recursos próprios na ampliação dos demais serviços que tem no interior do Estado.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado eu não discuto, eu conheço o problema. Está se fazendo um serviço de alto alcance e definitivo em Cascavel. O que se discute é o problema atual, é o momento, é a situação que já se vem revestindo de calamidade pública. E para isto é importante a minha presença no assunto bem como a presença de V. Exa., porque como já disse V. Exa., um engenheiro teria seguido ontem. Então o problema para ser resolvido, seria através de caminhões tanques, ou de outra forma qualquer. Porque um hospital como já disse Nobre Deputado, não pode ficar sem água, um hotel que é ponto de turismo, ponto intermediário de turismo, são sessenta hotéis, dos quais pelo menos uma dúzia, são bons hotéis que é ponto trampolim à Foz do Iguaçu e que estão sempre lotados. Imagine V. Exa. um hotel com 80, 90, 100 apartamentos sem água. Então essas autoridades, pedindo, reclamando, haverão de encontrar uma solução paliativa, até que os serviços definitivos venham a funcionar. De qualquer forma, é importante e eu agradeço a intenção de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado. Apenas, Sr. Deputado, para que eu não fuja ao papel que pretendo exercer e eu sei, exerço modestamente, de Líder do Governo nesta Casa, para conhecimento dos demais Srs. Deputados, é oportunidade para se dizer o que se está fazendo neste setor, no Governo do Estado. E eu daria só alguns dados, bem sucintos e rápidos, para atentar para o vulto desta obra.

Só no caso de Cascavel, o período de implantação, já iniciado em agosto de 72, conclusão prevista e esta não será adiada para abril do ano que vem.

Não admitirá a Sanepar, conforme informações do Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, que as firmas encarregadas das obras civis, adiem sequer por um dia o prazo que consta do contrato, que será abril de 74.

Vejam a Construção do Sistema em Construção: — Captação no Rio Cascavel através de uma barragem e estação elevatória de água bruta, contendo 3 conjuntos moto-bombas de 40 HP, com capacidade de 150 m³ por hora, cada. Adutora de água bruta com 7.230 metros de extensão e 350 mm de diâmetro.

Estação de tratamento completo, tipo convencional, capacidade 300 m³ por hora.

Reservatório enterrado de 1.000 m³.

Adutora de água tratada com 1.650 m de extensão e 350 mm de diâmetro.

Rede de distribuição com 130 mil metros de extensão e diâmetro variando entre 350 mm e 50 mm.

Mas o que é auspicioso para a cidade de V. Exa. — e eu estou lutando para que a minha pequena Pato Branco também, a curto prazo venha a obter; Cascavel, está com o projeto de saneamento básico quase concluído.

O Serviço de Aerofotogrametria feito pela Sanepar, por firma idônea; hoje o Nobre Deputado deve imaginar, em quanto monta um serviço de aerofotogrametria; com o projeto de saneamento básico pronto, em vias de licitação para implantação, Cascavel a terá. Eu quero crer, a curto ou a médio prazo, a solução de um problema que cidades duocentenárias do Paraná ainda não tiveram resolvido.

Creio que o Governo do Estado está hoje mais do que nunca, preocupado em acompanhar o progresso vertiginoso do excelente Município de Cascavel.

V. Exa. portanto, Nobre Deputado, está de parabéns, porque quantas cidades paranaenses estão sonhando com serviço de saneamento básico; quanto nós lutamos, quanto nós corremos, para procurar junto ao BNG, condições de financiamento para a implantação desse serviço? E muito embora em alguns casos se debite à Sanepar o aumento das tarifas, quando ela assume a responsabilidade do serviço, nós devemos sempre considerar que ela tem sabido sempre manter o serviço em condições bem melhores do que o Poder Municipal possa, o melhor deles ter mantido. Porque tem hoje a Sanepar uma equipe de técnicos e de funcionários, de operários, altamente categorizados e especializados.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite outro aparte? (Assentimento).

Apenas para fazer uma solicitação a V. Exa. Pediria a V. Exa. por gentileza que mandasse me fornecer uma cópia deste trabalho que pretendo divulgar em Cascavel. Amanhã, ao meio dia, estarei lá e assim será divulgado no rádio e jornais. Também quero cobrar de V. Exa. um xerox de uma correspondência que me prometeu e que diz respeito a assunto de Cascavel. Veja V. Exa. que quero focalizar e divulgar os problemas de minha região.

O SR. IVO THOMAZONI — Quero informar que o Sr. Secretário de Saúde está em Paranavai e de posse do documento que deve ter levado em sua pasta. Seu Chefe de Gabinete está com as chaves das gavetas do Sr. Secretário, que não tem segredos, mas não encontrou o documento. Mas segunda-feira, o mais tardar, me encontrarei, quero crer, com as informações que prometi ao Sr. Deputado Iris Caldart e com o xerox e, a meu ver, com isto está prejudicado o Requerimento que o Nobre Deputado apresentou na Casa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento. — Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 24, Sessão Solene em homenagem ao centenário de nascimento do Dr. Afonso Alves de Camargo e, para terça-feira, Sessão Ordinária, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs.: 28-73, 33-73, 42-73 e dos Projetos de Lei n.ºs. 3-72, 29-73;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 212-72, 43-73, 62-73, 91-73, 124-73, 183-73;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 45-73, 94-73, 125-73;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º.: 39-73, e do Projeto de Lei n.º 263-70.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURÍCIO FRUET, NA SESSÃO REALIZADA EM 20-9-73

A MADEIRA E O COMÉRCIO EXTERIOR

Fernando Antonio Miranda

Advogado especialista em comércio internacional

Os fatos e as diretrizes do Governo Brasileiro tem colocado o comércio exterior como elemento básico de nosso desenvolvimento, nas exportações em que o nosso país vai buscar nas poupanças externas o capital necessário ao nosso desiderato e que se completa com a importação, principalmente de bens capital e tecnologia, em processo integrado de desenvolvimento e cujos resultados eficazes mostra o acerto da nossa política externa.

Nesse contexto a madeira tem parcela considerável seja na exportação, com tendências para exportarmos cada vez mais mão de obra através da industrialização, seja na importação de máquinas e processamentos técnicos aprimorados que permitam a maior expansão do nosso parque manufatureiro dentro do circuito otimizado que acima ressaltamos.

O Paraná é hoje o maior produtor de madeiras abastecendo o mercado interno e agindo, através de diversos mecanismos, para expandir mercados outros seja na diversificação dos produtos oriundos da madeira seja no encontro desses novos mercados.

A diversão do país em polos de industrialização encontra em nosso Estado o ambiente para que o Paraná se constitua pelo madeireiro do país.

Em recente memorial encaminhado por representantes da indústria Paranaense de madeira é ressaltado a cifra alentadora de que nosso Estado alcança na área do pinho serrado cifra expressiva em 1972, de 2,2 milhões de metros cúbicos os quais renderam 1 bilhão e duzentos cruzeiros. No setor das serrarias foram operadas setecentos mil metros cúbicos de outras madeiras entre as quais se inclui a imbuia, peroba, ipê, cedro, guatambu ou pau marfim. No setor de imobiliário entre as 400 (quatrocentas) empresas, foi atingido, no ano passado, aproximadamente cento e cinquenta milhões de cruzeiros.

A realidade existente no Paraná da grande concentração de indústrias seja para a confecção de lambrís, perfis, compensados, molduras, aglomerados e outros ou para a indústria moveleira, e as grandes reservas acrescidas da possibilidade de importação inclusive da região amazônica, de mais árvores para serem industrializadas no Paraná, faz com que surja esse polo natural, e para o qual o Governo através do reconhecimento desse fato possa desenvolver uma política efetiva de radicalização no Paraná, do Estado Madeireiro do país.

A realização de Simpósios e Congressos Florestais, a ativação de consórcios, a criação de Tradings, a permanência anual da Feira Nacional da Madeira, uma série de outras iniciativas, as mais diversas, mas sempre baseadas na união da classe madeireira nesses propósitos, faz com que ao par do reflorestamento — esses objetivos, procurando uma maior industrialização e melhor concentração de tecnologia, sejam alcançados a curto e médio prazos.

Com isto se verifica que o nosso país, e não somente o Paraná como polo madeireiro, apresenta a perspectiva excelente de aproveitamento do reflorestamento, acrescido da elevada produtividade hectariana de nossas terras, sendo correta, a frase de Von Braun de que "Nada é mais forte do que uma idéia cujo tempo chegou". E o reflorestamento aí está respondendo às cassandras do nosso desenvolvimento.

COMENTÁRIOS SOBRE O REFORESTAMENTO

Fernando Antonio Miranda

Advogado especializado em comércio internacional e em assuntos madeireiros.

O incremento às exportações e a demanda interna como reflexo do alto índice de desenvolvimento nacional desaguardam na necessidade de consumo cada vez maior da madeira, como produto exigível a atender a versatilidade de suas aplicações.

Em decorrência do consumo da madeira nasceu a exigência do replantio com sentido patriótico, salvaguardando as exigências de utilização do produto por parte das gerações futuras; e também ecológico, de combate à poluição e tantos outros sentidos sempre somatórios da necessidade do reflorestamento.

As nossas autoridades percebendo a exigência do plantio e do reflorestamento foram procurar nos incentivos fiscais a grande chave da solução do problema.

Com isso a intervenção do poder público os madeireiros receberam as condições possíveis de garantia à produtividade futura da madeira.

O advento da lei dos incentivos fiscais, a 5.105 e a obrigatoriedade do replantio de, no mínimo, quatro novas árvores para cada metro cúbico de

madeira exportada na justiça se proclame grandes arietes dessa largada em busca do florestamento e reflorestamento efetivo.

No Paraná, além de terem sido plantados mais de 600 milhões de novas árvores, existe em trabalho multiplicador, que se espalha por diversos estados da Federação tornando mais verde este nosso Brasil.

Recente memorial ao Excelentíssimo Ministro da Indústria e Comércio destaca dados não oficiais em que somente no pinho as nossas reservas naturais alcançarão o elevado nível de vinte milhões de árvores, entre as adultas e em crescimento, produzindo nos anos vindouros trinta milhões de metros cúbicos de produtos industrializados, a que se somarão mais outros oitenta milhões de metros cúbicos e aproveitáveis futuramente.

Dentre os vários setores e categorias de nossa economia paranaense há que se dar um destaque especial ao setor madeireiro. A iniciar-se pela imagem do nosso Estado cuja visão da araucária simboliza a riqueza de nosso solo. A própria exigência dessa espécie vegetal, que requer a fertilidade da terra, o clima apropriado ao seu desenvolvimento, encontra aqui no Paraná as condições geológicas que proporcionam a essa essência florestal um, diríamos simbolicamente, verdadeiro lar que lhe dá todos os alimentos necessários ao seu crescimento robusto. É o pinheiro aliado ao café e hoje com o advento da soja, esse produto agrícola, a marca registrada e amplamente difundida do nosso Estado em todos os cantos do mundo.

Desde um tratamento adequado no abate, visando a preservação e substituição imediata da nossa flora natural da araucária, passando pela implantação em vastas áreas do nosso território paranaense do florestamento e reflorestamento, utilizando-se da própria araucária, da pinus elliptis e de várias outras essências florestais, até a industrialização da madeira bruta, ao beneficiamento nas nossas inumeráveis serrarias em todos os quadrantes, do Norte Setentrional ao Sul do Estado, até a fabricação de laminados, compensados, lambrís, aglomerados, móveis, artesanato decorativo, indo até as mais sofisticadas técnicas de aproveitamento da madeira na industrialização dos seus derivados como o papel, a celulose, o carvão vegetal e as resinas vegetais extraídas especialmente do pinho, vem o industrial madeireiro do Paraná implantando e sustentando uma imagem do nosso Estado como um dos maiores nessa categoria econômica.

Daqui saem para os outros Estados da Federação e para o exterior a marca da nossa produção, onde se observa as inscrições: "Produzido no Paraná" ou "Fabricado no Brasil", desde os carregamentos em navios, frota de transportes rodoviários e composições ferroviárias, levando para o consumo nacional para o mercado internacional o resultado do esforço do trabalho dessa classe, que produz conforto para todos os povos, através de seus produtos, e divisas para o país, numa efetiva contribuição verificada a cada centímetro cúbico de madeira industrializada, em cada unidade produzida, para o nosso desenvolvimento.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3. SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Ata da 10.a Sessão Ordinária

Aos doze dias do mês de setembro de um mil, novecentos e setenta e três, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados Arthur de Souza, Lazaro Dumont, Agnaldo Pereira Lima e Antonio Belinati, havendo número legal o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato à ORDEM DO DIA: **PROJETO DE LEI N.º 111-73** — de autoria do senhor deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo construir através a Secretaria dos Transportes, uma estrada de rodagem ligando os municípios de Jaguariaíva e Antonina, relator Deputado Lazaro Dumont, parecer favorável, aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 85-73** — de autoria do senhor deputado Quilse Crisostomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Flórida, destinado a construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local, relator o senhor deputado Lazaro Dumont, parecer favorável, aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 87-73** — de autoria do senhor deputado Quilse Crisostomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Lobato, destinado a construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local, relator o senhor deputado Lazaro Dumont, parecer favorável, aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 105-73** de autoria do senhor deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo firmar através o Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte sobre o Rio Anhumas, relator o senhor deputado Lazaro Dumont, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor deputado Presidente assinada, bem como por mim Secretário.

(a) Francisco Borsari Neto — Presidente
Roberto Diniz Satyro — Secretário